

Sumário

Palavras Prévias – 18ª edição(a Reforma do Código Civil no Projeto do Senado : contexto e outras novidades)	27
Apresentação	49
Prefácio.....	51
 Capítulo I ► Introdução e Princípios Constitucionais do Direito das Famílias.....	 53
1. As famílias	55
1.1 Modelando a importância e a feição das famílias	55
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	56
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	58
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	61
2. O direito das famílias.....	64
2.1 Noções conceituais	64
2.2 Estrutura do Direito das Famílias.....	66
2.3 Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	66
2.4 A natureza jurídica (enquadramento topológico) das normas do Direito das Famílias	67
2.5 A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)...	68
2.6 A privacidade familiar	72
3. Importância e conteúdo atual do afeto como elemento estrutural da família contemporânea: postulado normativo aplicativo das normas.....	75
4. Fontes do direito das famílias	79
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	80
5.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios	80
5.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras.....	83
5.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito das Famílias	85
5.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de utilização da técnica de derrotabilidade (superabilidade ou defeasibility) nos extreme cases (casos extremos).....	88
5.5 A vinculação do tecido normativo do direito das famílias aos princípios constitucionais	94
5.6 As famílias na Constituição da República de 1988.e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista)	96
5.7 A não taxatividade do rol constitucional	97
5.8 Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	99
5.8.1 Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	99

5.8.2	Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher	120
5.8.3	Princípio da igualdade substancial entre os filhos	133
5.8.4	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental)	134
5.8.5	Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	139
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	141
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o venire contra factum proprium e a supressio/surrectio nas relações familiares).....	143
7.1	A confiança como valor jurídico das relações privadas.....	143
7.2	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	145
7.3	Aplicação do venire contra factum proprium e da supressio e surrectio no âmbito das relações familiares	146
7.4	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável (o afeto como postulado das relações familiares, e não como princípio).....	151
8.	A função social da família.....	155
9.	Responsabilidade civil nas relações de família e o cabimento das medidas de tutela específica, inclusive astreintes	157
10.	A perda de uma chance nas relações de família	165
11.	O procedimento especial dedicado às ações de família pelo Código de Processo Civil de 2015..	168
11.1	O cabimento do procedimento especial das ações de família e as suas exceções	168
11.2	Especificidade do procedimento especial das ações de família: a mediação familiar obrigatória	171
11.3	O iter procedimental das ações de família	175
11.4	A intervenção do Ministério Público	177
11.5	Indícios de abuso ou alienação parental.....	179
11.6	A questão da revelia nas ações de família	180
11.7	Os poderes do juiz nas ações de família.....	180
11.8	A incidência da teoria da carga probatória dinâmica nas ações de família e a distribuição do ônus da prova.....	181
11.9	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de família	183
11.10	A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) nas ações de família	189
11.11	A excepcional possibilidade de utilização de prova ilícita nas ações de família	190
11.12	Os negócios jurídicos processuais em ações de família	195
Capítulo II ► O Casamento (A Família Matrimonializada).....		197
1.	Uma visão constitucional do casamento.....	198
2.	Estrutura jurídica do casamento	200
2.1	Noções conceituais	200
2.2	Finalidades do casamento.....	204
2.3	Natureza jurídica do casamento	207
2.4	Características do casamento	208
2.5	Prova do casamento	211
2.6	Os esposais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	213
2.7	Agências de casamento (corretagem matrimonial)	217

2.8	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	218
2.9	Impedimentos matrimoniais.....	222
2.9.1	Noções conceituais.....	222
2.9.2	Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	223
2.9.3	Classificação dos impedimentos.....	226
2.9.4	Impedimentos resultantes do parentesco.....	226
2.9.5	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	232
2.9.6	Impedimento resultante da prática de crime.....	233
2.10	Causas suspensivas matrimoniais.....	234
2.10.1	Noções conceituais.....	234
2.10.2	Oposição das causas suspensivas.....	236
2.10.3	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	237
2.10.4	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (turbatio sanguinis).....	238
2.10.5	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	238
2.10.6	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	239
2.11	A habilitação para o casamento.....	240
2.11.1	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	240
2.11.2	A capacidade para o casamento, a impossibilidade de suprimento judicial de idade e a possibilidade de suprimento judicial do consentimento dos pais.....	241
2.11.3	O novo (e simplificado) procedimento de habilitação e as suas diferentes fases.....	245
2.12	Casamento de militares.....	250
2.13	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	251
2.14	Contrato de emprego entre cônjuges.....	252
3.	Existência, validade e eficácia do casamento.....	252
3.1	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento.....	252
3.2	A existência do casamento.....	254
3.3	A validade do casamento.....	258
3.3.1	Generalidades.....	258
3.3.2	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	260
3.3.3	O casamento anulável (invalidade relativa).....	264
3.3.4	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	273
3.3.5	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	276
3.3.6	O casamento putativo.....	277
4.	Celebração do casamento.....	279
4.1	Noções gerais.....	279
4.2	Formalidades da celebração.....	281
4.3	O momento da celebração.....	282
4.4	O casamento consular.....	284
4.5	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	285
4.6	Conversão da união estável em casamento.....	288
4.7	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	290
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	294

5.1	Generalidades	294
5.2	Efeitos sociais	295
5.3	Efeitos pessoais.....	298
5.3.1	Noções gerais.....	298
5.3.2	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	300
5.3.3	Fixação do domicílio conjugal.....	304
5.3.4	Os direitos e deveres recíprocos.....	305
5.4	Efeitos patrimoniais	311
5.5	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	313
5.6	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	319
Capítulo III ► O Regime de Bens do Casamento		321
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	321
1.1	Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento	321
1.2	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento	323
1.3	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional	325
1.4	A teoria da análise econômica do Direito aplicável ao regime patrimonial das relações afetivas.....	328
1.5	A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens....	329
2.	Lineamentos sobre o regime de bens	331
2.1	Noções conceituais sobre o regime de bens	331
2.2	Princípios norteadores do regime de bens	332
2.2.1	Generalidades	332
2.2.2	O princípio da liberdade de escolha do regime de bens.....	332
2.2.3	O princípio da variedade dos regimes de bens.....	344
2.2.4	O princípio da mutabilidade motivada do regime de bens	345
2.3	Eficácia do regime de bens no casamento	355
2.4	Regime de bens na união estável	356
2.5	A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens e o procedimento judicial previsto no Código de Processo Civil de 2015	358
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição	363
3.1	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	363
3.2	Atos que independem do consentimento do consorte	364
3.3	A proteção dos terceiros de boa-fé	367
3.4	Atos que dependem do consentimento do cônjuge	368
3.4.1	A exigência de consentimento para determinados atos	368
3.4.2	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	372
3.4.3	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens	374
3.4.4	Possibilidade de suprimimento judicial do consentimento.....	375

3.4.5	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do venire contra factum proprium – proibição de comportamento contraditório)	376
3.4.6	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes	380
4.	O pacto antenupcial	380
4.1	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo	380
4.2	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis	385
4.3	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	386
4.4	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	387
4.5	Possibilidade de cláusula de acordo de procedimento (negócio jurídico processual atípico) no pacto antenupcial	388
5.	Os diferentes regimes de bens	389
5.1	Generalidades	389
5.2	O regime de comunhão parcial de bens	390
5.3	O regime de comunhão universal de bens	402
5.4	O regime de separação convencional ou absoluta de bens	407
5.5	O regime de participação final nos aquestos	413

Capítulo IV ► A Dissolução do Casamento (O Divórcio) 417

1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado	418
2.	A dissolução do casamento	422
2.1	Escoço histórico evolutivo da dissolução do casamento	422
2.2	Os antecedentes da Emenda Constitucional nº 66/10	423
2.3	O sistema de dissolução do casamento: unitário ou dualista?	425
2.4	Questões intertemporais relativas à eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro	428
2.5	A separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento	429
2.6	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva)	433
2.7	A dissolução do casamento pela morte	436
2.8	A morte presumida como causa dissolutória do casamento	438
3.	O divórcio	440
3.1	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional	440
3.2	Noções conceituais	443
3.3	Requisito constitucional único para o divórcio	445
3.4	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015)	446
3.5	Superação do regime diferenciado do divórcio	449
3.6	O divórcio litigioso e o divórcio consensual	450
3.7	O divórcio consensual	450
3.7.1	Generalidades	450
3.7.2	O divórcio consensual em juízo	451

3.7.3	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo)	456
3.8	O divórcio litigioso	460
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio (APLICÁVEIS TAMBÉM À SEPARAÇÃO)	463
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	478
5.1	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	478
5.2	Outras controvérsias patrimoniais relevantes	483
Capítulo V ▶	A União Estável (A Família Convivencial)	491
1.	Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável	492
2.	Esboço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira	497
3.	A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias	503
3.1	A união livre e a sociedade de fato	503
3.2	O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico	504
3.3	A união estável	509
3.4	O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa	511
4.	Elementos caracterizadores da união estável	513
4.1	Noções gerais	513
4.2	O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	514
4.3	A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas)	517
4.4	A estabilidade	520
4.5	A continuidade	520
4.6	A publicidade	521
4.7	A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	522
4.8	A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares	524
5.	Efeitos pessoais da união estável	527
5.1	As relações pessoais entre os companheiros	527
5.2	Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	530
5.3	Direito ao uso do sobrenome do companheiro	532
5.4	Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade	533
5.5	Adoção por companheiros em união estável	534
5.6	Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência	535
5.7	Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano	536
5.8	A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável)	537
5.9	Enquadramento como herdeiro necessário	538
5.10	Impedimento para testemunhar	539
6.	Efeitos patrimoniais	540
6.1	As consequências econômicas da união estável	540
6.2	O regime de bens e o direito à meação	541
6.3	O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	549

6.3.1	Contornos gerais do contrato de convivência	549
6.3.2	A celebração do contrato de convivência e a sua modificabilidade	550
6.3.3	Eficácia do pacto convivencial	551
6.3.4	Conteúdo	552
6.3.5	O contrato de namoro e os seus efeitos sobre a união estável.....	554
6.3.6	O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	555
6.4	Alimentos na união estável.....	556
6.5	A sucessão entre os companheiros	558
6.6	O direito real de habitação	559
6.7	Direito aos benefícios previdenciários	561
6.8	Direito à inventariança.....	562
6.9	Efeitos tributários.....	563
6.10	Impenhorabilidade do bem de família	563
7.	Conversão da união estável em casamento	564
8.	Aspectos processuais da união estável	566
8.1	A competência da vara de família para processar e julgar ações atinentes à união estável.....	566
8.2	Segredo de justiça, revelia e inexistência de foro privilegiado em favor da companheira pela simples condição de mulher	567
8.3	Intervenção do Ministério Público.....	570
9.	Ações típicas da união estável.....	571
9.1	Generalidades	571
9.2	Reconhecimento e dissolução de união estável	571
9.3	Ação de petição de herança.....	572
9.4	Ações possessórias.....	573
9.5	Alimentos.....	573
9.6	Embargos de terceiros.....	574
10	União estável, direito intertemporal e a aquisição de bens em diferentes momentos.....	574

Capítulo VI ► A parentalidade..... 577

1.	O parentesco na perspectiva civil-constitucional.....	577
2.	AS estruturas elementares da parentalidade	581
2.1	Prolegômenos.....	581
2.2	Noções conceituais sobre a parentalidade	583
2.3	O vínculo parental: linhas e graus	585
2.4	Efeitos jurídicos decorrentes da parentalidade.....	588
3.	As espécies de parentalidade.....	590
3.1	Espécies de parentalidade	590
3.2	O parentesco por afinidade.....	593
3.3	O parentesco e a obrigação alimentar	598

Capítulo VII ► A Filiação e o Reconhecimento de Filhos 603

1.	A filiação à luz de uma interpretação conforme a constituição	604
2.	Noções elementares sobre a filiação	607
2.1	Noções conceituais sobre a filiação.....	607

2.2	Breve referência histórica sobre a filiação: um histórico de desigualdades	610
2.3	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	612
2.4	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel” ou gestação por substituição)	617
2.5	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	621
2.6	O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	628
2.7	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente e o direito ao bebê salvador/medicamento	635
3.	Critérios determinantes da filiação	637
3.1	Generalidades	637
3.2	Critério da presunção legal (a presunção pater is est).....	639
3.2.1	O significado e o alcance da presunção pater is est.....	639
3.2.2	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	641
3.2.3	Aplicação da presunção pater is est na procriação natural (mecanismo sexual)	644
3.2.4	Aplicação da presunção pater is est na procriação assistida.....	646
3.2.5	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade)	656
3.3	Critério biológico (exame DNA)	659
3.4	Critério afetivo (a filiação socioafetiva)	663
3.5	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação)	670
3.6	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos.....	675
4.	O reconhecimento de filhos	677
4.1	Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho	677
4.2	Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos.....	679
4.3	O reconhecimento voluntário de filhos	679
4.4	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	687
4.5	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	690
4.5.1	Noções gerais.....	690
4.5.2	A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade).....	690
4.5.3	A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes	691
4.5.4	Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais.....	695
4.5.5	Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva	697
4.5.6	Natureza jurídica das ações filiatórias	698
4.5.7	Imprescritibilidade	699
4.5.8	Possibilidade de cumulação com outros pedidos.....	700
4.5.9	Legitimidade ativa.....	701
4.5.10	Legitimidade passiva.....	708
4.5.11	Litisconsórcio.....	709
4.5.12	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (custos juris)	710
4.5.13	Competência	711
4.5.14	A resposta do réu e a exceptio plurium concubentium.....	713

4.5.15	A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos	713
4.5.16	A prova nas ações investigatórias de parentalidade	714
4.5.17	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	723
4.5.18	Recursos e os seus efeitos.....	725
4.5.19	A desistência nas ações investigatórias de parentalidade	729
4.5.20	A coisa julgada nas ações filiatórias	729
5.	O ECA Digital	732
5.1.	Contexto	732
5.2.	Deveres no eca digital	734
5.2.1.	Dever de observar a prioridade absoluta e o melhor interesse da criança e do adolescente.....	734
5.2.2.	Dever de adotar a configuração mais protetiva (por padrão).....	734
5.2.3.	Deveres de gestão proativa e contínua de riscos.....	734
5.2.4.	Deveres de informação e de transparência qualificada	735
5.2.5.	Deveres de governança e accountability	735
5.2.6.	Deveres de supervisão parental.....	736
5.3.	Vedações criadas pelo eca digital	737
5.3.1.	Vedação ao perfilamento para publicidade comercial	737
5.3.2.	Vedação ao uso de análise emocional e tecnologias imersivas na publicidade.....	737
5.3.3.	Vedação à monetização e impulsionamento de conteúdo sexualizado	737
5.3.4.	Vedação a <i>Loot Boxes</i>	737
5.3.5.	Vedação a <i>Dark Patterns</i> (padrões obscuros)	738
5.3.6.	Vedação ao uso de dados de verificação de idade para outras finalidades.....	738
5.3.7.	Vedação à autodeclaração simples de idade.....	738
5.3.8.	Vedação de sistemas pouco protetivos	738
5.3.9.	Vedação de notificações que resultem em uso excessivo ou compulsivo.....	739
5.3.10.	Vedação da vigilância massiva pelo poder público	739
5.4.	Sintetizando o ECA Digital	739
Capítulo VIII ► A Guarda de Filhos		741
1.	A guarda de filhos em visão conforme a constituição	742
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	743
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	748
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	750
5.	A guarda compartilhada	755
5.1	Noções gerais sobre a guarda compartilhada.....	755
5.2	Critérios para o compartilhamento da guarda.....	757
5.3	Guarda compartilhada coativa?	760
5.4	Separando o joio do trigo: distinções relevantes entre a guarda compartilhada e a guarda alternada e suas possibilidades.....	761
5.5	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado.....	764
5.6	Guarda compartilhada com pais residindo em locais diferentes.....	768

5.7	Guarda compartilhada, pluriparentalidade e fixação entre diferentes parentes	769
5.8	Guarda compartilhada como medida de prevenção à alienação parental.....	771
5.9	Guarda compartilhada e risco de violência doméstica ou familiar.....	771
6.	A guarda e a possibilidade de mudança de domicílio do guardião.....	773
7.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral e a sua distinção com a guarda	775

Capítulo IX ► Os Alimentos..... 779

1.	Os alimentos na visão civil-constitucional	780
1.1	Os alimentos na perspectiva do direito civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana	780
1.2	Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação	781
2.	Noções gerais sobre os alimentos.....	784
2.1	Noções conceituais e natureza jurídica.....	784
2.2	Características	786
2.2.1	Generalidades	786
2.2.2	Caráter personalíssimo	787
2.2.3	Irrenunciabilidade	787
2.2.4	Atualidade	790
2.2.5	Futuridade	791
2.2.6	Imprescritibilidade	791
2.2.7	(In)Transmissibilidade	792
2.2.8	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	796
2.2.9	Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento ..	803
2.2.10	Incompensabilidade	805
2.2.11	Impenhorabilidade	806
2.3	Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo	808
2.4	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	809
2.4.1	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	809
2.4.2	Alimentos entre cônjuges	809
2.4.3	Alimentos decorrentes do parentesco	820
2.5	Fixação do quantum alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	844
2.6	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	846
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos).....	848
3.1	Generalidades	848
3.2	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	848
3.3	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	849
3.4	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos	850
3.5	Alimentos transitórios.....	852
4.	Aspectos processuais dos alimentos.....	854
4.1	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos.....	854

4.2	Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	855
4.3	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público..	856
4.4	O procedimento na ação de alimentos.....	859
4.4.1	Petição inicial	859
4.4.2	Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	860
4.4.3	A citação do réu e os seus efeitos.....	860
4.4.4	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento.....	861
4.4.5	Intervenção do Ministério Público como custos juris (fiscal da ordem jurídica)	863
4.4.6	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia	864
4.4.7	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza).....	869
4.4.8	Recurso cabível.....	870
4.4.9	A coisa julgada na ação de alimentos	871
4.5	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional.....	872
4.6	A ação de oferta de alimentos	874
4.7	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais.....	876
4.8	Os alimentos internacionais	879
4.9	A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine) no âmbito alimentício e o procedimento especial previsto no Código de Processo Civil de 2015	880
5.	A execução dos alimentos.....	886
5.1	A efetivação dos alimentos e as idiosincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar.....	886
5.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial e as múltiplas técnicas disponibilizadas ao credor	889
5.3	Execução de alimentos decorrentes de título judicial (cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos): a variabilidade e a cumulabilidade de técnicas executivas.....	892
5.4	A prisão civil do devedor de alimentos	898
5.5	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais	901
6.	A prestação de contas em alimentos.....	903
7.	A ação de reembolso e o seu amplo espectro de cabimento.....	907
8.	A impossibilidade de alegação da teoria do adimplemento substancial (substancial performance) nas obrigações alimentícias.....	910
9.	O abuso do direito e os alimentos e a possibilidade de aplicação das figuras do venire contra factum proprium e supressio/surrectio.....	911
Capítulo X ► O Bem de Família.....		915
1.	O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial)	916
2.	O bem de família no direito brasileiro	920
2.1	A dualidade de regimes	920
2.2	O valor da família e a proteção do imóvel do devedor sozinho	921
2.3	Natureza jurídica do bem de família.....	923
3.	O bem de família convencional.....	923

3.1	Noções conceituais	923
3.2	Extensão da proteção	924
3.3	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	925
3.4	Legitimação para a instituição do bem de família convencional	926
3.5	Duração	927
3.6	A questão da solvência do instituidor.....	927
3.7	O Ministério Público e o bem de família	928
4.	O bem de família legal.....	928
4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial	928
4.2	Alargamento do objeto.....	930
4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	934
4.4	Característica do bem de família legal	935
4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor	935
4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	941
4.7	Retroatividade.....	949
4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	949
4.9	Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor	951
5.	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa humana sozinha.....	953

Capítulo XI ► A Tutela e a Curatela dos Interditos (Institutos Protetivos Complementares da Família)..... 957

1.	Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	958
2.	A tutela.....	959
2.1	A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional nº 65/10).....	959
2.2	Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infantojuvenis	961
2.3	Modalidades de tutela.....	963
2.4	Manifestação de vontade do tutelado	967
2.5	Incapacidade para a tutela.....	967
2.6	Escusa dos tutores.....	969
2.7	Garantia da tutela.....	971
2.8	O protutor.....	973
2.9	Ação de nomeação de tutor.....	974
2.10	Exercício da tutela	977
2.10.1	Generalidades	977
2.10.2	O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado	978
2.10.3	O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado	980
2.11	Responsabilidade judicial na tutela.....	982
2.12	Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro)	983

2.13 Prestação de contas.....	983
2.14 Extinção da tutela.....	986
3. A curatela.....	987
3.1 A personalidade e a capacidade jurídica.....	987
3.2 Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	990
3.3 A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	991
3.4 A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	992
3.5 A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	993
3.6 O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	999
3.7 Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	1005
3.8 As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	1013
3.9 A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	1020
3.10 Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	1021
3.11 O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1023
3.11.1 As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional).....	1023
3.11.2 A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatelar situações existenciais).....	1026
3.11.3 A ação de curatela.....	1030
3.12 A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1049
3.13 Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	1050
3.14 A curatela especial do nascituro.....	1051

Capítulo XII ► A Adoção e o seu Regime Jurídico 1053

1. Uma visão constitucional da adoção.....	1054
2. Generalidades sobre a adoção.....	1056
2.1 Noções conceituais.....	1056
2.2 Dualidade de sistemas jurídicos.....	1058
2.3 A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa.....	1061
2.4 O estágio de convivência.....	1065
2.5 Legitimidade para a adoção.....	1066
2.6 A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1070
2.7 A adoção pelo par homoafetivo.....	1073
2.8 A adoção “à brasileira”.....	1076
2.9 (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1077
2.10 A adoção póstuma.....	1078
2.11 O direito ao parto anônimo (parto em sigilo) e a sua correlação com a adoção.....	1082
2.12 Efeitos jurídicos da adoção.....	1084
2.13 A possibilidade de mudança de nome na adoção.....	1086
2.14 O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1087
3. Aspectos processuais da adoção.....	1091

3.1	Generalidades: o procedimento judicial de adoção	1091
3.2	Competência	1093
3.3	A atuação do Ministério Público	1094
3.4	O cadastro, o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção e a excepcionalidade da adoção intuitu personae	1095
3.5	A sentença no procedimento de adoção	1099
3.6	O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação	1100
4.	A possibilidade de apadrinhamento de criança e adolescente em programa de acolhimento familiar ou institucional	1100
5.	A sistemática da adoção internacional	1103
Bibliografia		1107